

Denúncia vincula grampos a dossiês de ACM

Dida Sampaio/AE

“IstoÉ” mostra conexão entre acusações feitas pelo senador e escutas realizadas na Bahia

Vários dossiês distribuídos em Brasília nos últimos tempos, pelo senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-A), têm um conteúdo bastante semelhante ao dos grampos realizados na Bahia, por ordem da Secretaria de Segurança do Estado, e que vêm sendo investigados pela Polícia Federal e pelo Tribunal de Justiça baiano. A denúncia, com detalhes de alguns desses textos, está na edição da revista *IstoÉ* que chega hoje às bancas.

A revista comparou o conteúdo de pelo menos quatro relatórios enviados pelo senador baiano ao Palácio do Planalto, entre maio e setembro do ano passado, com as acusações relatadas nos grampos baianos. Ao final, a reportagem considera as semelhanças “uma perturbadora evidência” da participação do senador nas operações de escuta ilegal.

Os autores da reportagem – Luiz Cláudio Cunha e Weiller Diniz, os mesmos que há duas semanas afirmaram ter ouvido ACM confessar que mandou grampear o deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA) – citam três assessores diretos do então presidente Fernando Henrique Cardoso que receberam dossiês de ACM. Um deles foi Pedro Parente (na época, chefe do Gabinete Civil). Outro, o ministro Guilherme Dias (do Planejamento). A terceira autoridade a receber os documentos do senador foi a corregedora-geral da União, Anadyr Marcondes. Os assuntos dos dossiês e das escutas ilegais eram os mesmos, o tipo de acusação também. E o material chegava aos destinatários poucos dias depois de as escutas terem sido realizadas.

Um dos dossiês foi remetido ao Planalto dia 23 de maio de 2002. Tinha a palavra “Be-



ACM: um de seus dossiês insinuava que o rival Benito Gama estaria sendo favorecido por licitações

nito” grafada com a própria letra de ACM e falava de licitações que estariam beneficiando o deputado baiano Benito Gama (sem partido), rival político do senador, para obras na Cia. de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). Além de Benito, o relatório cita nomes de pessoas próximas dele, que também seriam beneficiadas.

Com FHC – Um segundo texto, do dia 13 de agosto, traz a a n o t a ç ã o “FHC” feita em letras enormes e

menção a uma ligação de Geddel para Fernando Henrique, na qual o deputado fala sobre a liberação de R\$ 20 milhões no Ministério dos Transportes, com aval do Planejamento. Outros dois grampos, com data de 8 de agosto, também contêm conversas sobre essa liberação – desta vez com

um assessor do Ministério dos Transportes e depois com o ministro interino, João Henrique. Dias depois, ACM envia um fax ao ministro Guilherme Dias, para que “se acautele contra o cerco e a pressão” partidos de “agatunados da política baiana” que pretendiam usar a verba em suas campanhas políticas.

Uma nova denúncia citada pela *IstoÉ*, de 11 de setembro, foi dirigida à corregedora Anadyr Marcondes e advertia que uma empresa de publicida-

de ligada a Geddel – a Link – estaria ‘avanzando o sinal’ em campanhas publicitárias do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) e da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT). A finalidade, dizia ACM, era obter fundos para campanhas eleitorais de seu rival baiano.

DENÚNCIAS
IAM PARA
ASSESSORES
DE FHC